

UMA ANÁLISE DO LIVRO BRANCO DA “POLÍTICA ÁRTICA DA CHINA”

ANA FLÁVIA ALMEIDA¹; WILLIAM DALDEGAN DE FREITAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – anaflavia.ramosalmeida@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – william.daldegan@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Círculo Polar Ártico tem crescentemente se destacado nas discussões políticas e ambientais durante as últimas décadas em consequência das aparentes alterações climáticas na região. Apesar de que a República Popular da China não possa ser considerada um Estado Ártico por não obter soberania sobre territórios dentro das delimitações árticas ou fronteiriços com a região, o país se coloca como um Estado “quase-Ártico” ou como “parte interessada” com certa frequência em suas declarações oficiais.

Essa denominação coloca a China sobre uma identidade de potência global com uma função participativa na administração da governança do Ártico (LIM, 2018). As principais justificativas fornecidas para esse papel são baseadas nos impactos ambientais que as alterações climáticas possuem sobre o desenvolvimento agrícola e econômico chinês. O país é um dos Estados continentais mais próximos com o Círculo Polar Ártico, estando naturalmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas que ocorrem na região dentro do seu território, afetando áreas como a economia, agricultura, pesca, indústria marítima e outros setores de interesse chinês (CHINA, 2018).

Devido a isso, a China tem buscado através de uma variedade de líderes políticos, cientistas e grupos de acadêmicos moldar suas políticas para se tornar um agente mais ativo nas discussões sobre o Ártico. Durante as últimas décadas, a China tem se destacado particularmente em três áreas na região Ártica: ciência, economia e governança.

Traçando um marco histórico da relação entre China e o Ártico, é possível dizer que o envolvimento inicial do país com a região começou dentro do campo da ciência no ano de 1925. Esse foi o momento em que a China se tornou uma das primeiras partes contratantes do Tratado de Svalbard, reconhecendo a soberania da Noruega sobre o arquipélago ártico de Svalbard. Esse tratado não apenas serviu como um canal para que a China participasse das discussões sobre as questões do Ártico, mas também permitiu que o país usufruísse dos direitos concedidos aos Estados contratantes de realizar atividades na região como pesquisa científica, exploração de recursos, pesca, caça, atividades comerciais, etc. (QIN, 2015).

A partir de então, a China tem buscado expandir a sua presença na região e aprofundar a cooperação com os outros Estados. Durante os anos da década de 1990, a China desenvolveu uma participação mais ativa na pesquisa científica no Ártico. Além de promover expedições a bordo do navio quebra-gelo Xue Long (*Snow Dragon*) e de aderir ao Comitê Internacional de Ciência do Ártico em 1996, a China também promoveu a construção de uma estação de pesquisa científica no Arquipélago de Spitsbergen em 2004 (CHINA, 2018).

A participação chinesa nos trabalhos do Conselho Ártico teve início informalmente em 2007, tornando-se oficialmente um membro observador credenciado pelo Conselho em 2013 (CHINA, 2018). Essa posição garantiu à China

a possibilidade de participar das discussões e reuniões ministeriais do Conselho Ártico.

No entanto, até aquele momento, a China não havia disponibilizado um plano estratégico oficial sobre suas intenções no Ártico, o que causava estranhamento em alguns dos Estados Árticos, que receavam uma ameaça à sua soberania na região. Foi em 26 de janeiro de 2018 que a China lançou oficialmente o seu Livro Branco da “Política Ártica da China”, contendo suas intenções na participação dos assuntos árticos e um conjunto dos seus principais objetivos e intenções para a região.

Objetiva-se com este trabalho analisar o Livro Branco da “Política Ártica da China” publicado em 2018, versando sobre as metas políticas e princípios básicos da participação chinesa em assuntos do Ártico apresentados pelo documento.

2. METODOLOGIA

O foco desta pesquisa manteve-se majoritariamente na análise e interpretação do Livro Branco da “Política Ártica da China”, divulgado no site oficial do governo chinês em 2018. A metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa foi a análise documental juntamente ao método analítico descritivo, buscando analisar e descrever as informações contidas no documento em relação às políticas chinesas para o Ártico.

Além disso, também foi utilizado o processo de revisão bibliográfica, utilizando fontes como artigos científicos, periódicos, livros e outros materiais relevantes para a discussão do tópico, a fim de embasar e aprimorar a pesquisa.

O texto é analisado através de uma visão neorrealista, utilizando-se de uma interpretação teórica do Livro Branco da “Política Ártica da China” como uma ferramenta aplicada pelo Estado chinês para reforçar seus interesses e viabilizar ganhos futuros dentro da dinâmica do sistema internacional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda na primeira parte do documento, o Livro Branco demonstra que o propósito da “Política Ártica da China” é de servir, não apenas como dissipador da percepção negativa entre a comunidade internacional sobre os interesses chineses no Ártico, mas também como um documento de orientação para as agências e instituições governamentais da China, considerando que o país não conta com a existência de órgãos específicos para gerenciar os assuntos do Ártico (CHINA, 2018).

O documento, assim como as declarações prévias sobre o Ártico, busca demonstrar que a China possui a intenção de seguir as regras do sistema internacional e respeitar a soberania das outras nações, manifestando ser uma nação responsável e respeitosa com o meio ambiente (ALLAN, 2018). Através da análise do Livro Branco (CHINA, 2018), podemos reunir em cinco pontos abrangentes as principais metas políticas e princípios básicos para o Ártico de acordo com a visão chinesa.

1 - Exploração científica e compreensão do Ártico: A China ressalta o valor que a região possui para a investigação científica, e afirma que explorar e compreender o Ártico constitui uma das suas atividades principais. O país também afirma que continuará promovendo expedições e pesquisas científicas na região e que esse se trata de um processo importante para que as nações saibam lidar com os efeitos das alterações climáticas.

2 - Proteção do meio ambiente e do ecossistema: A China reitera o seu compromisso de enfrentar os desafios ambientais e afirma seguir as regras do direito internacional na proteção do ambiente natural e do ecossistema ártico e na conservação dos seus recursos biológicos.

3 - Utilização de rotas marinhas e exploração de recursos naturais: A China defende a proteção e o uso racional desses recursos através de acordos de cooperação. O documento destaca a intenção chinesa de trabalhar juntamente às outras nações para a construção de uma “Rota da Seda Polar” para operações comerciais e incentiva a união de empresas na criação de uma infraestrutura. Em relação à exploração de recursos naturais, a China diz incentivar a participação na exploração de petróleo, gás e recursos minerais no Ártico, através da cooperação e na condição de proteger o meio ambiente ártico.

4 - Participação chinesa na governança do Ártico: o Livro Branco enfatiza o compromisso chinês de melhorar e complementar o regime de governança já existente e defende o avanço constante da cooperação internacional no Ártico. A China demonstra também a intenção de participar ativamente na formulação de regras voltadas ao ambiente global, às alterações climáticas, às questões marítimas internacionais e à gestão das pescas em alto mar.

5 - Promoção da paz e estabilidade no Ártico: Por fim, o documento ressalta que a paz e a estabilidade no Ártico são parte de uma garantia significativa para todas as atividades na região e servem o interesse de todos os países, incluindo os seus próprios.

Conforme é possível interpretar, a China não possui a intenção de desafiar a reivindicação da soberania dos Estados Árticos e nem dos direitos dos mesmos à sua jurisdição marítima e nacional. No entanto, o documento reforça que o país possui interesses significativos na região e pretende se manter como parte interessada nos assuntos do Ártico (SHI, 2019).

O Livro Branco também auxilia na interpretação de que a China acredita na importância da confiança nos tratados de direito internacional, mas, juntamente à isso, reforça a sua posição de “Estado próximo do Ártico” possuidor de direitos legítimos na região através de acordos e tratados, argumentando que esses direitos devem ser compreendidos e respeitados pelos Estados Árticos.

Por fim, o posicionamento das políticas chinesas para o Ártico demonstradas pelo documento analisado alinham-se com a declaração do Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, Kong Xuanyou, durante uma coletiva de imprensa sobre o lançamento do Livro Branco, onde o mesmo afirma existir duas posições que a China pretende adotar como parte interessada no Ártico: o primeiro é que a China não ultrapassará os limites e, segundo, é que a China também não estará ausente (Kong, 2018).

4. CONCLUSÕES

Após décadas de envolvimento progressivo nos assuntos Árticos, a publicação do Livro Branco da “Política Ártica da China” tornou-se o primeiro plano estratégico bem definido sobre as metas políticas e intenções chinesas sobre o Ártico. A elaboração do documento não ocorreu apenas como forma de tranquilizar a comunidade internacional e, principalmente, os Estados Árticos sobre o envolvimento chinês nos assuntos do Ártico, mas também como forma de orientar suas próprias agências e instituições governamentais a respeito das posições chinesas no Ártico.

Por fim, através da análise do documento, é possível resumir os objetivos e interesses chineses em dois pontos mais amplos. O primeiro ponto é que a China reafirma sua intenção legítima de contribuir para a governança de questões ambientais no Ártico e, o segundo, é que o país não exclui a possibilidade de se beneficiar futuramente com as oportunidades que podem se originar da região.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAN, Iona. **Arctic Narratives and Political Value: Russia, China and Canada in the High North**. Nato Strategic Communications Centre of Excellence. Riga, Set, 2018. Disponível em: <https://stratcomcoe.org/cuploads/pfiles/webarcticnarratives-a4-russia-1-2.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

CHINA. O Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China. **Política Ártica da China**. 2018. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

LIM, Kong Soon. China's Arctic Policy and the Polar Silk Road Vision. In Heininen, L. & Exner-Pirot, H. (Eds.) **Arctic Yearbook**, 2018, pp. 420-432. (Akureyri, Northern Research Forum), 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3603710>. Acesso em: 16 set. 2023.

QIN, Tianbao. Dispute over the Applicable Scope of the Svalbard Treaty: a chinese lawyer's perspective. **Journal Of East Asia and International Law**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 01-22, 30 maio 2015. Yijun Institute of International Law. <http://dx.doi.org/10.14330/jeail.2015.8.1.07>. Disponível em: http://journal.yiil.org/home/archives_v8n1_07. Acesso em: 16 set. 2023.

SHI, Yubing. China. **Asia-Pacific Journal of Ocean Law and Policy**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 86-92, 19 jun. 2019. Brill. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/24519391-00401006>. Acesso em: 16 set. 2023.